

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

SUNAMITA DE SOUZA BELIDO

Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade de Sol UNADES – PY, sunamita.belydo@hotmail.com;

RESUMO

Desde o início de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia causada pelo novo coronavírus – COVID-19, tem levado autoridades governamentais de todo o mundo adoção políticas públicas para a minimização do avanço e dos impactos da doença. A pandemia acelerou a digitalização dos mais diversos setores do Brasil e do mundo. Na educação, o ensino remoto emergencial foi – e continua sendo – a realidade de muitos alunos, pais e professores. Foi decretada a suspensão de aulas presenciais e sua consequente substituição por atividades não presenciais, por meio do ensino remoto. A proposta de educação a distância, em todos os níveis de ensino, tem sido discutida como solução massiva enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. Diante desse contexto, este trabalho, objetiva discutir as relações dialógicas entre ensino e identidade leitora na perspectiva da cultura digital diante das recomendações do Ministério da Educação, com o intuito de refletir sobre a importância dos letramentos tradicionais e digitais para a efetiva qualidade do processo de ensino e aprendizagem em tempos de isolamento social.

Palavras-chave: Pandemia, Alfabetização, Letramento.

INTRODUÇÃO

O momento é de grandes desafios. A aguda crise de saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus tem gerado outras crises: econômica, social, humanitária. Na educação infelizmente não é diferente. O processo de alfabetização que já era bastante desafiador, ganhou proporções ainda maiores com a chegada do novo Corona vírus. Esse cenário da educação vem se desenhando desde 2020, quando foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia. Com a velocidade da contaminação pelo vírus, medidas de distanciamento, isolamento social e quarentena, ocorreram mundialmente e se fez necessário a paralisação das aulas presenciais e a implantação de modelos de ensino a distância como alternativa para dar continuidade às aulas suspensas. Essa alternativa foi essencial para que os estudantes não ficassem sem aulas e o ano letivo não fosse totalmente prejudicado.

A alfabetização é compreendida como o processo de apropriação do sistema de escrita de uma língua (SOARES, 2004), e no contexto da pandemia, alunos e professores alfabetizadores tiveram que interromper esse processo de alfabetizar de forma presencial.

Desse modo, é certo que a pandemia trouxe muitas mudanças na vida e na rotina de todos, e a educação também mudou, tornando-se virtual, surgindo muitos desafios.

Entretanto, tanto os professores quanto os alunos tiveram que lidar com novos desafios para manter a qualidade do ensino e, em alguns casos, conciliar os problemas já existentes no ensino público com os recentes problemas criados pelo ensino remoto; as dificuldades são enormes, mas algumas possibilidades foram sendo implementadas. Porém, apesar dos desafios do trabalho com aulas remotas e todas as implicações decorrentes dos problemas atuais, é preciso pensar em propostas pedagógicas que sejam possíveis de executar, levando em conta o contexto no qual o aluno está inserido.

A Covid-19 tem desvelado e aprofundado as desigualdades educacionais e de condições de aprendizagem e desenvolvimento de nossas crianças, adolescentes e jovens. Para aqueles que estão na alfabetização, a situação é ainda mais delicada, pois a etapa exige um trabalho bastante intensivo de estímulo, acompanhamento, avaliação e mediação para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. É um trabalho de um docente. Mas, neste

momento de isolamento social, em que gestores educacionais e educadores têm se desdobrado para garantir alguma forma de acesso à educação, precisaremos obrigatoriamente do apoio dos familiares.

METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo de desenvolver uma discussão teórica sobre o assunto estudado, qual seja a importância da alfabetização e dos letramentos tradicionais e digitais diante das atuais recomendações do Ministério da Educação para as instituições de ensino em tempos de pandemia da COVID-19, esta pesquisa classifica-se como sendo de abordagem qualitativa e dialética. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e bibliográfica, sustentada pelos pressupostos epistemológicos dos seguintes autores: Santos (2020), Santaella (2014), Soares (2009), Coscarelli & Ribeiro (2014) e Kleiman (1995).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados, optou-se pelo viés descritivo, principalmente em referência à observação, registro e interpretação das políticas públicas recentemente adotadas no âmbito da educação, em comparação com a atual realidade fática educacional.

Tendo em vista a abrangência e a dimensão do referido tema, bem como a necessidade de contextualização e posicionamento crítico em relação aos fenômenos estudados, a construção metodológica deste estudo também decorreu do material empírico obtido por meio da observação e análise de notícias, reportagens, instrumentos normativos e legais, entre outros textos, envolvendo a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

Por fim, a estrutura deste trabalho está organizada por meio da discussão dos seguintes pontos: as políticas educacionais adotadas no Brasil nos últimos meses e as diferentes perspectivas dos letramentos tradicional (análogo) e digital como práticas sociais em tempos de isolamento social.

DESENVOLVIMENTO

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2020), argumenta sobre os desdobramentos da pandemia à luz da situação mundial econômica e política dos últimos anos. Para o referido autor, o período de quarentena demonstra a necessidade de adaptação das sociedades a novas possibilidades de vida, necessária ao bem comum. Para ele, “[...] esta situação torna-se

propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI” (Santos, 2020, p.29).

Inclui-se a necessidade de um olhar crítico para nosso contexto educacional, nessa situação no que se refere à adoção de políticas públicas para a redução dos impactos da pandemia na educação. Conforme os últimos dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão que monitora os impactos da pandemia na educação, o fechamento de instituições de ensino afeta diretamente mais de 72% da população estudantil no mundo (Unesco, 2020).

Houve a suspensão de aulas presenciais dos cursos em andamento em todo o território brasileiro durante o período de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), as redes de ensino de todo país tiveram que reorganizar e redefinir os métodos e formas para garantir a mediação e o processo de ensino-aprendizagem.

As formas utilizadas em todo país foram as mais diversas. A maioria das redes optou por utilizar instrumentos (plataformas online, aplicativos, transmissão por televisão e rádio) que permitissem que as atividades ocorressem de forma remota. Professores precisaram reorganizar as formas de ensinar, planejar e mediar para garantir a aprendizagem dos estudantes. E os estudantes, e suas famílias, precisaram reorganizar o modo de aprender, para que conseguissem realizar tal processo sem a presença física de um profissional preparado.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em plenária virtual na segunda quinzena de abril de 2020, o Parecer CNE/CP nº5/2020, que contempla novas diretrizes de mitigação dos impactos causados pelo COVID-19 no fluxo do calendário escolar dos sistemas e redes de ensino no Brasil, em todos os níveis, etapas e modalidades. Em linhas gerais, tais diretrizes recomendam a soma de esforços para que os gestores da educação criem ou reforcem, dentro de suas condições e possibilidades, plataformas públicas para aulas on-line em todos os níveis de ensino, tanto em períodos de normalidade como em situações emergenciais como a atual.

É inegável que a manutenção das atividades de ensino durante o período em que se está em casa é crucial para minimizar os prejuízos da ausência das aulas presenciais. Entretanto, ao mesmo tempo em que a proposta de ensino digital e a tecnologia apresentam-se como propulsoras de novos fazeres pedagógicos, trazem efetivas implicações educacionais, o que

instiga reflexões imprescindíveis sobre a utilização das textualidades produzidas e acessadas em ambientes virtuais na contemporaneidade.

Consoante tais questões, o presente trabalho propõe um olhar sobre as relações dialógicas entre práticas de ensino, tecnologia e identidade leitora na perspectiva da cultura digital e do letramento, com vistas a discutir a inclusão do letramento digital no sistema escolar como alternativa para enfrentar o problema do distanciamento físico e social na pandemia da COVID-19.

Alfabetização: mais que ler e escrever

A alfabetização sempre foi um desafio no Brasil, em tempos de pandemia esse quadro pode ficar ainda pior.

Muitas transformações têm ocorrido na compreensão acerca da alfabetização nas últimas décadas, a partir de conhecimentos oriundos de diferentes campos do conhecimento e de modos diferentes de compreender a aprendizagem, a escrita, a aprendizagem da escrita e sua relação com o processo de letramento.

A natureza do processo de apropriação do sistema de escrita alfabético, que representa sons da língua por letras, exige práticas de ensino que conduzam a criança a ter consciência dos sons da língua – consciência fonológica, a ter consciência da possibilidade de segmentação da cadeia sonora em sílabas, de enfim identificar os sons menores nas sílabas, os fonemas, que não são pronunciáveis, mas são identificáveis por procedimentos de base linguística, e compreender que são esses pequenos sons, os fonemas, que são representados por letras ou grafemas, constituindo a língua escrita.

O sistema alfabético de escrita é um artefato cultural complexo que a humanidade levou milhares de anos para inventar, a criança precisa, de certa forma, “reinventá-lo”, e isso acontece ao longo de seu desenvolvimento cognitivo e linguístico. O alfabetizador precisa conhecer bem o sistema de representação de fonemas em grafemas, acompanhar as possibilidades das crianças de compreender esse sistema complexo e bastante abstrato respeitando seu progressivo desenvolvimento cognitivo e linguístico, para assim poder orientar o processo de aprendizagem das crianças. A interação entre criança e alfabetizador é essencial nessa orientação, e a presença do alfabetizador muito dificilmente pode ser substituída por um adulto não formado para essa ação educativa.

Por meio de abordagens interacionista, sociointeracionista e histórico-cultural da Psicologia, passamos a compreender a aprendizagem como processo que envolve interações e mediações sociais e simbólicas, em relações nas quais os aprendizes têm lugar de sujeitos ativos, que participam, agem e produzem significações acerca dos objetos de conhecimento com os quais interagem em contextos de mediação.

No campo da linguística, estudos passam a propor um modo mais amplo de compreensão da linguagem. De meio de comunicação e expressão do pensamento, passa a ser pensada como interação social-verbal, como atividade de produção de sentidos que se materializam em textos que, por sua vez, se configuram como dizeres contextualizados, onde se reconhece autor, destinatário, conteúdo, objetivo e estratégia (GERALDI, 1987). A partir dessa concepção, aprende-se a linguagem praticando-a, usando-a, produzindo textos orais e escritos. Assim, enquanto modalidade da língua verbal, a escrita passa a ser compreendida como linguagem; sua aprendizagem, bem como seu ensino, precisa considerar os sujeitos aprendizes como agentes, produtores de textos que a aprendem enquanto a usam/produzem e compreendem sentidos por meio da escrita, numa perspectiva discursiva (SMOLKA, 2012).

De modo mais específico, os estudos sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky (1985) apontaram que o aprendizado da escrita envolve, mais que aspectos percepto-motores relativos às letras, sua forma gráfica e valores.

Segundo Magda Soares: a atual pandemia veio acrescentar novos desafios, afastando as crianças das escolas e das alfabetizadoras na fase fundamental do processo de escolarização. Por um lado, foi interrompido o processo de alfabetização no início do período em que a interação alfabetizadora-criança é indispensável, pois a aprendizagem do sistema de escrita alfabética depende da compreensão bem orientada das relações oralidade-escrita.

Por outro lado, o afastamento das crianças da escola interrompe um processo apenas iniciado de escolarização, em que a criança começa a se inserir na “cultura escolar”. Tfouni distingue alfabetização e letramento para o autor:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. [...] A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual. O letramento, por sua vez,

focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita. [...] procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas. (TFOUNI, 1995, p. 9-10).

Os letramentos dependem do processo de alfabetização para serem desenvolvidos e, quanto mais consolidado o letramento tradicional, melhor será o letramento digital também. O letramento digital compreende interagir e entender as relações de interação no ciberespaço, as socio interações nos espaços digitais provoca na realidade social mudanças de comportamento e aquisição de novas habilidades. Assim, Soares afirma que,

[...] diferentes tecnologias de escrita geram diferentes estados ou condições naqueles que fazem uso dessas tecnologias, em suas práticas de leitura e de escrita: diferentes espaços de escrita e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita resultam em diferentes letramentos. (SOARES, 2002, p.144).

Por isso o letramento digital é um tópico importante a ser discutido. Este letramento digital se refere ao modo de ler, escrever e interpretar informações, códigos e sinais, verbais e não verbais, com o uso de dispositivos digitais. Aborda o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao uso da tecnologia.

Letramento

O letramento surgiu para atender uma nova realidade social, na qual se tornou imprescindível o desenvolvimento de habilidades a serem utilizadas para ler e escrever no contexto das práticas sociais, não somente realizar a leitura e escrita de palavras.

Segundo Magda Soares, professora, pesquisadora e escritora da área da Educação: “Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, uma condição ou estado que adquire um indivíduo ou até mesmo um grupo social como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

O letramento é um processo que permite a inserção do indivíduo na sociedade, que por meio da linguagem se constituiu e se desenvolveu mediante a interação, a comunicação e a atuação sobre o meio.

A sociedade se informa e se comunica por meio da linguagem, e a diversidade cultural e multiplicidade semiótica envolvidas na construção de textos e sentidos, a cada dia requerem interpretação cada vez mais apurada para haver uma compreensão e comunicação eficientes.

Alfabetização e letramento

É muito comum confundir letramento com alfabetização, entretanto, são conceitos distintos, mesmo que interajam entre si e sejam considerados indissociáveis e interdependentes.

A alfabetização diz respeito ao conhecimento e aprendizado da escrita alfabética, visando o domínio do sistema alfabético e ortográfico para sua decodificação, ou seja, a aquisição do sistema convencional da escrita.

O letramento é um processo mais amplo, possibilita o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e práticas de uso do sistema convencional da escrita na produção e compreensão de textos inseridos nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Sendo assim, o processo de alfabetização é finito, enquanto o letramento é uma construção permanente, considerando que ao longo da vida nos deparamos com diferentes discursos, aos quais precisamos interpretar e atribuir sentidos.

A principal diferença entre ambos reside no fato de que a alfabetização ensina a codificar e decodificar o sistema de escrita, e o letramento ensina a dominar e empregar adequadamente a linguagem no contexto das práticas sociais.

A participação da família

Sabemos que isso está longe de ser a realidade de todos, mas, para aqueles que podem ficar isolados em casa, a pandemia é uma oportunidade de aproximação com os filhos. E vivenciar e participar do aprendizado da escrita e da leitura é descobrir uma nova faceta de seu desenvolvimento: os olhos que brilham a cada nova descoberta, o raciocínio afiado e as observações inusitadas.

A necessidade de apoio familiar no ensino remoto parece óbvia, a constituição dessa postura é muito mais complexa do que se pode imaginar, razão pela qual muitos pais ficaram desorientados. Alguns ajudam quando podem, por vezes, delegando a tarefa a irmãos mais velhos. Outros tentam

assumir o papel de professor, o que justifica, em muitos casos, sentimento de culpa pelas limitações metodológicas e pedagógicas, reconhecidas até mesmo pelas crianças. A esse respeito, são comuns os relatos: “Meu filho me diz que eu não sei ensinar, que não é assim que a professora faz”, “Na minha época, não era desse jeito que a gente aprendia... hoje a escola é diferente”. Há, ainda, aqueles que, com o propósito de garantir o cumprimento das tarefas escolares, fazem a lição das crianças e pedem que elas copiem “igualzinho”, no caderno, para mostrar para a professora. Como resultado desses diferentes procedimentos, ou as tarefas propostas pela escola não são postadas, ou são enviadas parcialmente e de modo irregular, ou ainda, chegam tão impecáveis que não é possível detectar o que, de fato, foi feito pelo aluno.

Não se pode esperar que familiares substituam os professores, que são profissionais formados para ensinar. Além disso, uma parte importante do processo de alfabetização se dá na interação com os colegas e por meio da mediação docente.

Em respostas à diversidade de posturas, aparecem demandas absurdas de “formar pais para o ensino”, como se eles pudessem realmente assumir o papel dos professores. É nesse contexto que se justifica a necessidade de se definirem com clareza as relações com a escola e os âmbitos de responsabilidade: o apoio da família só se justifica como mediação do ensino.

Independente do distanciamento social, a participação dos pais em toda vida escolar dos filhos sempre se fez importante, no processo de alfabetização não é diferente, se faz ainda mais essencial, já que a criança precisa receber estímulos e acompanhamento, sem essa participação, não conseguirá ir muito longe e dificilmente alcançara seus objetivos, com isso os prejuízos serão maiores ainda. A escola, mais do que nunca, precisa do apoio familiar neste momento tão difícil no qual todos passamos. Faz-se necessário que cada um cumpra seu papel de modo a garantir o direito fundamental do aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No atual contexto de adoção de atividades não presenciais em diversos suportes pelos sistemas de ensino, há múltiplas formas de se concretizar a leitura. Vivemos a “cultura da convergência”, conforme os pressupostos de Henry Jenkins (2006), para quem os produtos das novas e tradicionais mídias

são desapropriados, tornam-se híbridos, relacionam-se, dialogam, e interpenetram-se com outros formatos e linguagens.

A leitura e a escrita, na qualidade de práticas sociais, não constituem meramente atitudes mecânicas de decodificação de sons e letras. Deixar de ser analfabeto e tornar-se alfabetizado, ou seja, apenas aprender a ler e a escrever, não significa que o sujeito adquiriu a condição de quem faz da leitura e da escrita uma prática social, capaz de responder às contínuas exigências e demandas de seu tempo.

Um leitor competente é aquele que usa efetivamente a linguagem escrita em diferentes circunstâncias de comunicação, de modo a se apropriar das estratégias e procedimentos de leitura característicos das diversas práticas sociais das quais participa, de tal forma que os utiliza no processo de construção dos sentidos dos textos.

A postura dinâmica de compreender os significados do uso da leitura e da escrita em diferentes contextos garante uma efetiva interação do sujeito com os inúmeros textos que circulam na sociedade, sejam tais leituras realizadas dentro ou fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, o termo letramento surge como prática social que designa, na perspectiva de Soares (2009), “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita”. Em outras palavras, letramento pressupõe o estado ou condição assumida por quem aprende a ler e a escrever, levando em consideração que a escrita carrega em si elementos sociais, culturais, políticos, cognitivos, sendo, assim, capaz de influenciar não só o sujeito que a pratica, mas também o grupo ou o meio em que ele se insere.

Assim, Ibid (2009) ressalta que há diferenças significativas entre alfabetismo e letramento: enquanto alfabetizar um indivíduo significa ensinar a ler e escrever, compreender códigos e símbolos, o ato de letrar quer dizer condicionar a apropriação da escrita e da leitura em práticas sociais. Um indivíduo que não saber ler nem escrever (analfabeto) pode ser, de certa forma, letrado, quando consegue compreender e articular o fenômeno da escrita e leitura como exercícios que proporcionam a socialização; um adulto que não domina a “tecnologia” da leitura e da escrita, mas se interessa por ouvir a leitura de jornais, cartas e demais textos, ou uma criança que ainda não foi alfabetizada, mas brinca de escrever, de ler, folheia livros e gosta de ouvir histórias.

Ainda que o termo “letramento” seja conhecido e extremamente difundido atualmente, é preciso ressaltar que ele envolve uma diversidade de ênfases em sua caracterização. Kleiman (1995), por exemplo, amplia a conceituação de letramento inicialmente apresentada enfatizando que este compreende práticas sociais capazes de dar ao leitor a condição de identidade e de poder. Ela afirma que os estudos sobre o letramento devem estar voltados à transformação da ordem social, ou seja, potencializar, dar poder ao sujeito. Enfim, que o empoderamento da escrita se encontra no acesso e na manipulação da informação. Daí a importância de se estabelecer condições concretas para o letramento nas classes populares.

Com as diversas mudanças nas formas de interação humana, a popularização da internet e a crescente demanda para a incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação nas práticas sociais e escolares, a noção de letramento digital ganha especial importância. Conforme as pesquisadoras Coscarelli & Ribeiro (2014), o letramento digital envolve: práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, em plataformas como e-mails, redes sociais na web, entre outros (Ibidem. 2014, n. p.-Verbetes).

Embora o letramento digital abarque definições operacionais e também conceituais, as referidas pesquisadoras complementam que, diante da complexidade de se estabelecer parâmetro único para avaliar o grau de letramento digital de alguém, já que cada contexto pode demandar diferentes usos das tecnologias digitais, é fundamental que os indivíduos “[...] tenham desenvolvido habilidades básicas que lhes permitam aprimorar outras, sempre que isso for necessário”. (Coscarelli & Ribeiro, verbete, 2014).

Nessa perspectiva, ser letrado digitalmente significa não somente possuir a competência de se comunicar com desenvoltura em diferentes situações, mas também saber buscar e selecionar informações diversas no ambiente digital, com capacidade para avaliar criticamente a credibilidade das mesmas, em atenção à autoria e às fontes da pesquisa.

As práticas de letramento, como se sabe, não são restritas ao sistema educacional formal, mas devem ser potencializadas fundamentalmente nas escolas, as quais, assim como outras instituições próprias de uma sociedade globalizada e tecnológica, são consideradas agências de letramento, uma vez que abarcam enorme variedade de leitores, leituras, modos discursivos, tipos e gêneros textuais. Por um lado, há uma geração de jovens profundamente familiarizados com os recursos da Internet, os chamados “leitores

ubíquos”, que conseguem falar ao telefone, conversar em chats e outros aplicativos de redes sociais, ler e-mails, notícias, ouvirem música e ainda estarem atentos ao que acontece no meio físico, simultaneamente. Ao lidar com vários aparelhos conectados, passa a interagir com uma diversidade de mensagens, ao mesmo tempo em que está corporalmente presente em ambientes físicos.

Conforme a pesquisadora Santaella (2014), o perfil cognitivo do leitor ubíquo, que se aproveita dos diferentes recursos tecnológicos para acessar informações e realizar leituras em qualquer espaço e tempo, demonstra que a atenção dispensada é parcial contínua e continuamente parcial, pois responde simultaneamente a distintos focos, sem ater-se demoradamente a nenhum deles. O que caracteriza esse tipo de leitor é uma espécie de “prontidão cognitiva” (com ênfase para sua capacidade de processar paralela e conjuntamente, informações de ordens diversas), que serve para orientar-se entre o espaço virtual multimídia, sem perder o controle da sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado.

Essa geração espera que seu modo de ler o mundo seja contemplado na escola, o que nem sempre acontece, pois, tais instituições não conseguem acompanhar em tempo real as mudanças ocorridas na sociedade, por diversos fatores que vão desde o econômico e social ao cultural e geográfico. Por outro lado, enquanto alguns realizam essas práticas sociais de leitura e escrita com desenvoltura, outros, porém, apesar de possuírem acesso a bens materiais e equipamentos tecnológicos de última geração, de dominarem as redes sociais e aparentemente terem incorporado a tecnologia em seus cotidianos, apresentam alguma dificuldade de discernimento e seleção do que é relevante ser lido em meio ao bombardeio de informações disponíveis. Além disso, muitos não possuem habilidades para aproveitar todo o potencial ofertado pelas ferramentas tecnológicas, seja porque necessitam de orientação, seja porque faltam leituras críticas do mundo ou de como potencializar suas práticas.

Não tem sido fácil para as escolas, principalmente da rede pública, manter em funcionamento as aulas no formato remoto, diante de tantos problemas sociais que permeiam as famílias dos alunos, bem como da falta de estrutura tecnológica das instituições de ensino e da pouca ou nenhuma qualificação aos docentes.

Em tempos de pandemia, a criação de ambientes virtuais destinados a práticas de comunicação, leitura, escrita e aprendizado transcende a pedagogia tal como foi pensada tradicionalmente. A visão do professor como

um mero transmissor de conteúdos deve ser superada para ceder lugar à figura de um mediador entre os alunos e essas novas leituras, de um profissional que estimule a troca de conhecimentos e desenvolva estratégias metodológicas que possibilitem a construção autônoma e integrada de um aprendizado contínuo.

Nesse contexto, faz-se necessário que família e escola cada um cumpra seu papel de modo a garantir o direito fundamental do aluno.

É hora de somar forças de modo que cada um dos atores envolvidos neste processo de garantia dos direitos das crianças e adolescentes cumpra seu papel e assim todos colham os bons frutos, mesmo em meio a tantas intempéries.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatizou-se nesse artigo a importância das práticas sociais de Alfabetização e Letramento na sociedade contemporânea, envolvendo interseções entre ensino, tecnologia e identidade leitora, na perspectiva da cultura digital em tempos de pandemia da COVID-19.

Diante das discussões realizadas, observou-se que, se a criação de um modelo pedagógico que abarque a diversidade de indivíduos em situações distintas de letramento sempre foi um desafio para as escolas, as dificuldades são potencializadas no cenário inusitado do isolamento social. Assim, a realização de práticas letradas que atendam aos anseios de uma sociedade cada vez mais tecnológica exige várias reflexões.

No período da quarentena, a adoção de políticas públicas que atendam ao imperativo de suprir a lacuna deixada pela ausência de aulas presenciais - com a simples transposição das tradicionais práticas pedagógicas para o universo digital - não constitui garantia de que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma efetiva.

Embora a experiência inerente ao ensino presencial deva ser considerada na construção de saberes para o ensino remoto, o desenvolvimento de atividades educativas intermediadas pelos meios digitais requer investimentos em práticas e recursos destinados a tais fins. A implementação de ações díspares sem uma mediação consciente e eficiente, sem condições iguais de acessibilidade e aproveitamento de ferramentas digitais, aliadas à desconsideração das diferentes realidades educacionais, pode ser irremediavelmente prejudicial à oportunização e à oferta de ensino de qualidade.

É preciso refletir, ainda, sobre a importância das instituições de ensino e do professor, visto que a criação de ambientes educativos colaborativos e participativos ultrapassa o formato pedagógico concebido tradicionalmente.

No que se refere ao letramento digital para a formação de professores, vimos que há que se incluir nos programas de formação o caráter reflexivo crítico para que a inserção das novas tecnologias na prática docente não seja apenas mecânica e reprodutor. Antes, que se instrumentalize os professores com o questionamento contínuo sobre o que, como e por que ensinar sua disciplina adotando-se esta ou aquela ferramenta tecnológica. Como agentes do letramento os professores, por meio de sua liderança, devem articular novas ações, proporcionando aos alunos oportunidade de mobilizar seus saberes para participarem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática (Rojo, 2009, p.98).

Auxiliar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para interpretar, inferir, relacionar ideias em textos de diferentes gêneros e tipos, entre outras práticas, não deve ser atribuição específica do professor de português, mas de todos os docentes de distintos campos do conhecimento. Participação, colaboração e compartilhamento são funções de ambos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, cabendo aos docentes à condução e divisão das tarefas, com vistas à autonomia do aluno e de sua participação social cidadã.

Nesse sentido, o papel das instituições de ensino é imprescindível no sentido de proporcionar a aprendizagem para os ambientes informacionais de novas mídias e tecnologias, com ênfase no letramento digital e na linguagem, pois, tornou essencial para as aulas remotas, criando esforços para aprimorar e elevar o nível de letramento dos indivíduos, e não somente o nível de alfabetização, sendo esta uma necessidade premente nos processos de ensino com vistas a uma aprendizagem realmente significativa. Entretanto, para os professores pouco foi ensinado acerca dele dentro de um modelo de ensino completamente a distância.

Por isso, urge aprofundar os estudos teóricos e pesquisas de campo para a compreensão das propriedades e do funcionamento das textualidades em situações de uso cognitivo ou produtivo no cenário atual, a fim de entender como e quais letramentos as instituições de ensino têm mobilizado nos discentes, por meio de plataformas digitais, nestes tempos de pandemia. Disso dependerá o sucesso ou fracasso quando se pretende incentivar os alunos a manterem o interesse pelos estudos neste cenário de suspensão de aulas

ou de aulas on-line, bem como de prosseguirem estudando e frequentarem as aulas presenciais quando o estado de emergência acabar.

REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Anna Helena et al. **Fundamentos para a prática pedagógica na cultura digital**. Ensinar e aprender no mundo digital. Cenpec, São Paulo, 2011.

ABRAFI. (2020). CNE aprova parecer com diretrizes para reorganização dos calendários escolares e Realização de Atividades não presenciais pós-retorno. Website da Abrafi. [notícia]. Recuperado em 28 de Abril, 2020, disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3214>

BUZATO, Marcelo El Khouri. **O letramento eletrônico e o uso do computador no ensino de língua estrangeira**: contribuições para a formação de professores. Dissertação de mestrado, IEL, Unicamp, 2001.

BRASIL. (2020a). Conselho Nacional de Educação. (2020). **Parecer CNE-CP Nº 5, de 30 de abril de 2020**, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Recuperado em 03 de Maio, 2020, disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-cp-005-2020-04-28.pdf>

BRASIL. (2020c). **Portaria nº345, de 15 de abril de 2020**, que altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Ministério da Educação - MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020 disponível em: <https://www.mec.gov.br/>

BRASIL. (2020d). Ministério da Educação (2020). **Portaria nº 376, de 03 de abril de 2020**, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. MEC, Recuperado em 10 de Abril, 2020, disponível em: <https://www.mec.gov.br/>

BRASIL. (2020e). Ministério da Educação (2020). **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Recuperado em 30 de Abril, 2020, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>.

COSCARELLI, C.V. & RIBEIRO, Ana E. (2014). Letramento Digital. In: Frade, Isabel C. A. S et al. (Orgs.). Glossário CEALE*. **Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita** - CEALE. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte.

FERREIRA, LC. (2020) Dia da educação: especialistas explicam desafios do ensino durante e pós-pandemia [notícia]. **Website EBC**. Recuperado em 27 de abril, 2020, disponível em: <https://www.ebc.com.br/educacao/2020/04/dia-da-educacao-especialistas-explicam-desafios-do-ensino-durante-e-pos-pandemia>

FOLHAPRESs (2020). Professores e pais acionam Justiça contra ensino remoto [notícia]. Website Folha. Recuperado em 05 de Maio, 2020, disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/coronavirus/2020/05/03/NWS,139192,70,1668,noticias,2190-professores-pais-acionam-justica-contr-ensino-remoto.aspx>

JENKINS, H. (2009). Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2.ed. São Paulo: Aleph.

KLEIMAN, AB. Apresentação. (1995). In: Kleiman, Ângela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, pp. 07-11.

MANGAN, Patrícia Kayser Vargas; SARMENTO, Dirléia Fanfa; MANTOVANI, Ana Margô. As tecnologias da informação e da comunicação: recortes de experiência no contexto da formação inicial do professor. Colabor@ - **Revista Digital da CVA** - Ricesu, ISSN 1519-8529 Volume 6, Número 22, Fevereiro de 2010, 12 p..

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 21ª Ed., 2013.

PEREIRA, AS, SHITSUKA, DM, PARREIRA, FJ & SHITSUKA, R. (2018). **Metodologia da pesquisa científica**. [E-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado em 23 maio 2020, disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_MetodologiaPesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

ROJO, R. (2009). Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial.

SANTAELLA, L. (2014). Gêneros discursivos híbridos na rede na era da hipermídia. Bakhtiniana. 9(2): 206-16, São Paulo, ago./dez.

SANTOS, BS. (2020). **A cruel pedagogia do vírus**. [e-book]. Coimbra: Edições Almedina. Recuperada em 20 de Abril, 2020, disponível em: <https://www.cpal-social.org/documentos/927.pdf>

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento**. Um tema em três gêneros. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. SP: Ed. Cortez, 1995.